

GT 04 – Estado, Desenvolvimento e Sustentabilidade

## ENTRE A ORGANICIDADE E O MERCADO

### Uma Análise Crítica da Atuação Socioambiental da Embasa

*FROM ORGANIC APPROACHES TO MARKET LOGIC*

*A Critical Assessment of Embasa's Socio-Environmental Performance*

Yuri Pacheco Ávila<sup>1</sup>

## RESUMO

O trabalho analisa criticamente a trajetória socioambiental da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) a partir de seus relatórios de sustentabilidade de 2009, 2014 e 2024. O estudo mapeia a evolução da atuação socioambiental da companhia, que hoje consolida a pauta ESG (Environmental, Social, and Governance) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como eixos centrais de sua estratégia corporativa, alinhada às demandas do mercado financeiro para captação de recursos e universalização dos serviços. A hipótese central é que a Embasa transicionou de uma fase orgânica, caracterizada por práticas heroicas e pouco vinculadas ao mercado, para uma fase mercadológica, marcada por gestão rotinizada, quantitativa e orientada à consolidação de métricas e fortalecimento da imagem institucional. A análise evidencia como a integração entre sustentabilidade, finanças e governança pode reforçar a legitimidade corporativa, ao mesmo tempo em que tensiona os sentidos do desenvolvimento sustentável no setor de saneamento. O estudo contribui para o debate sobre o papel das estatais na articulação entre Estado, sociedade e mercado, em contexto de crescente demanda por transparência e responsabilidade socioambiental.

Palavras-chave: Embasa; Sustentabilidade Corporativa; ESG; Saneamento Básico.

## ABSTRACT

*The study critically analyzes the socio-environmental trajectory of the Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa) based on its sustainability reports from 2009, 2014, and 2024. The research maps the evolution of the company's socio-environmental practices, which currently consolidate ESG (Environmental, Social, and Governance) principles and the Sustainable Development Goals (SDGs) as central axes of its corporate strategy, aligned with financial market demands for resource mobilization and service universalization. The main hypothesis is that Embasa transitioned from an organic phase, characterized by heroic practices with limited market linkage, to a market-oriented phase, marked by routinized, quantitative management focused on metrics consolidation and institutional image enhancement. The analysis shows how the integration of sustainability, finance, and*

<sup>1</sup> Analista Social da Empresa Baiana de Águas e Saneamento. Cientista Social. Mestre em Cultura e Sociedade.  
e-mail: yuri.avila@embasa.ba.gov.br

*governance can simultaneously reinforce corporate legitimacy and challenge the meanings of sustainable development in the sanitation sector. The study contributes to the debate on the role of state-owned companies in mediating the relationship between the state, society, and the market, amid growing demands for transparency and socio-environmental responsibility.*

*Keywords: Embasa; Corporate Sustainability; ESG; Basic Sanitation.*

Data de envio do artigo: 02 de novembro de 2025

## 1. INTRODUÇÃO

O setor de saneamento básico no Brasil, essencial para a saúde pública e o desenvolvimento socioeconômico, vem passando por transformações significativas na prestação de serviços com o avanço de prestadores privados após o Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020), embora permaneça historicamente dominado por empresas estatais. A publicação de relatórios de sustentabilidade por essas companhias, seguindo padrões internacionais como o *Global Reporting Initiative* (GRI), tornou-se um instrumento crucial de prestação de contas e legitimação corporativa (GALLI, 2023), refletindo a crescente importância da transparência e da responsabilidade socioambiental nas políticas públicas e na governança corporativa.

Nesse contexto de reconfiguração institucional, a Empresa Baiana de Águas e Saneamento (Embasa), sociedade de economia mista com o Governo da Bahia como acionista majoritário, constitui um caso emblemático da complexa articulação entre o papel social do Estado e as demandas contemporâneas por eficiência operacional e capital do mercado. Com atuação em 368 municípios, atendendo 88% do total de municípios da Bahia, e gestão de 417 sistemas de abastecimento de água, a Embasa é reconhecida como a maior empresa de saneamento do Norte e Nordeste do Brasil, beneficiando milhões de pessoas com acesso a água tratada e serviços de esgoto. Segundo seu Relatório de Sustentabilidade 2024, em 2024 a empresa apresentou receita operacional líquida de R\$ 4,72 bilhões, lucro líquido de R\$ 1,01 bilhão e margem EBITDA de 27%, demonstrando solidez financeira mesmo em contexto de pressão por universalização de serviços. No mesmo período, investiu R\$ 1,167 bilhão em infraestrutura de saneamento, incluindo R\$ 643,4 milhões em sistemas de abastecimento de água e R\$ 524 milhões em esgotamento sanitário, com metas ambiciosas de universalização de

99% em água e 90% em coleta e tratamento de esgoto até 2033. Paralelamente, a Embasa desenvolve projetos socioambientais e programas de inclusão social, oferecendo tarifas diferenciadas para populações vulneráveis e promovendo educação ambiental nas comunidades atendidas.

Em um contexto marcado por mudanças climáticas, escassez hídrica crescente (especialmente no semiárido baiano) e exigências legais de transparência, a Embasa consolidou a sustentabilidade como eixo central de sua estratégia corporativa. A integração das dimensões ESG (*Environmental, Social, and Governance*) e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 orienta não apenas a gestão operacional, mas também políticas de governança, inovação tecnológica e responsabilidade social. Particularmente significativa é a adoção, em 2024, de um Relato Integrado submetido à verificação externa independente pela Bureau Veritas Certification, marcando a primeira auditoria externa de sustentabilidade da companhia e sinalizando uma reconfiguração da relação entre sustentabilidade corporativa e avaliação de risco de crédito.

Este artigo propõe uma análise crítica da trajetória socioambiental da Embasa ao longo de aproximadamente 15 anos, examinando a evolução de sua atuação e comunicação a partir de seus relatórios de sustentabilidade de 2009, 2014 e 2024. A hipótese central é que essa trajetória pode ser dividida em duas fases distintas: 1) a Fase Orgânica: Foco em programas sociais e ambientais específicos, mas com menor rigor de métricas e pouca vinculação direta ao mercado financeiro. A principal evidência dessa fase é a publicação de seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, em 2009; 2) Fase Mercadológica: A partir da década de 2020, marcada pela consolidação de processos socioambientais, adoção de métricas ESG e ODS, e uma forte convergência entre a pauta socioambiental e a estratégia de captação de recursos, especialmente após o Novo Marco Legal do Saneamento.

O relatório de 2014 é considerado um ponto de inflexão, quando a formalização das práticas GRI (versão G4) já estava consolidada com engajamento de partes interessadas externas, mas a pressão do mercado financeiro ainda não constituía o vetor principal da estratégia socioambiental. Nesse período intermediário, a Embasa havia expandido significativamente sua cobertura de esgotamento sanitário (de 17% em 2009 para 34% em

2014), demonstrando o impacto dos investimentos públicos e da intencionalidade socioambiental, sem ainda estar subordinada à lógica de financeirização.

A análise pretende discutir criticamente como a integração entre sustentabilidade, finanças e governança (ESG) pode, simultaneamente, reforçar a legitimidade corporativa, viabilizar investimentos necessários à universalização e tensionar os sentidos do "desenvolvimento sustentável" no campo do saneamento. Busca-se, assim, contribuir para o debate sobre o papel das estatais na articulação entre Estado, sociedade e mercado, em um contexto de crescente demanda por transparência, eficiência e responsabilidade socioambiental, mas também de risco de instrumentalização da pauta socioambiental pela lógica de financeirização.

## 2. DA RSC AO ESG NO SETOR PÚBLICO

A evolução da responsabilidade corporativa reflete uma mudança paradigmática no papel das empresas na sociedade. Inicialmente focada na Responsabilidade Social Corporativa (RSC), a pauta evoluiu para a Sustentabilidade Corporativa e, mais recentemente, para o ESG (SILVA, 2014).

O ESG, diferentemente da RSC tradicional, que muitas vezes era vista como filantropia ou ações periféricas, integra as dimensões ambiental, social e de governança diretamente à estratégia de negócios e à avaliação de risco e valor para investidores (GONZAGA, 2023). Para empresas estatais, essa transição é particularmente complexa, pois elas devem equilibrar a prestação do serviço público e a função social com a necessidade de eficiência e captação de recursos no mercado.

No setor de saneamento, a adoção do ESG e dos ODS (especialmente o ODS 6 – Água Potável e Saneamento) ganhou força com o Novo Marco Legal do Saneamento, que estabeleceu metas de universalização e abriu o setor para maior participação privada e concorrência. Isso impulsionou as estatais a aprimorarem sua governança e transparência para atrair capital, tornando os relatórios de sustentabilidade, antes um ato voluntário de alinhamento a boas práticas (GRI), em um instrumento estratégico de *disclosure* financeiro (Trata Brasil; KPMG BRASIL, 2023).

A análise crítica se concentra em como a adoção dessas métricas globais (GRI, ODS, ESG) pode, simultaneamente, legitimar a atuação da estatal perante *stakeholders* globais e tensionar seu compromisso social original, ao subordinar a pauta socioambiental à lógica da rentabilidade e da atração de capital. Tal movimento reflete um processo mais amplo de racionalização da gestão pública, no qual valores de eficiência, mensuração e comparabilidade passam a ocupar o lugar de princípios historicamente associados à função social do Estado. Nesse contexto, as estatais do setor de saneamento deixam de ser vistas apenas como instrumentos de promoção de direitos e passam a ser avaliadas também segundo critérios de desempenho típicos do setor privado, o que redefine o próprio significado de sustentabilidade dentro do campo público. Isto ocorre muito provavelmente em função do aumento da participação de atores privados no setor de saneamento, que antes operava como um monopólio natural e hoje se encontra em um ambiente mais concorrencial.

### 3. ANÁLISE COMPARATIVA DOS RELATÓRIOS DA EMBASA (2009, 2014 E 2024)

A análise dos três relatórios da Embasa evidencia uma transformação significativa na forma, no conteúdo e no propósito da comunicação socioambiental da empresa, confirmando a hipótese de transição de uma fase orgânica para outra de caráter mercadológico. Tal mudança reflete não apenas uma evolução discursiva, mas também uma reconfiguração do papel institucional da estatal diante das novas exigências de governança e de legitimidade no campo do saneamento. A seguir, examino em detalhe os três relatórios que compõem o corpus desta pesquisa, buscando identificar os elementos centrais dessa transição e apresentar uma síntese analítica das continuidades e rupturas observadas ao longo do período.

#### 3.1. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009: A FASE ORGÂNICA E PIONEIRA

O relatório de 2009, o primeiro da companhia, é um marco de pioneirismo e organicidade.

Característica	Descrição e Evidências
Estrutura e Padrão	É o primeiro relatório de sustentabilidade, elaborado com base nas diretrizes GRI, mas com um nível de aplicação inicial. A seção de Governança é detalhada, mas o foco é na estrutura interna e no cumprimento do marco regulatório estadual.

Característica	Descrição e Evidências
<b>Tom e Linguagem</b>	O tom equilibra o entusiasmo com o engajamento do corpo técnico e a comunicação institucional, celebrando a maturidade da empresa e seu compromisso com a universalização. A sustentabilidade é vista como uma "questão de atitude" e se funde com a "razão de existir" da Embasa.
<b>Foco Socioambiental</b>	Grande ênfase em programas sociais e ambientais específicos, como o monitoramento de mananciais e ações socioeducativas. A Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente era a responsável pela pauta, indicando uma visão mais operacional e técnica da sustentabilidade.
<b>Vínculo com o Mercado</b>	O vínculo financeiro é incipiente. A seção Econômico-Financeira é separada da Sustentabilidade, focando em indicadores operacionais e no planejamento estratégico 2008/2011. O teste de materialidade foi aplicado exclusivamente ao público interno.

O relatório de 2009 reflete o momento em que a RSA era uma busca por alinhamento a boas práticas empresariais (GRI), impulsionada por uma visão interna de responsabilidade, mas ainda desvinculada das grandes pressões do mercado financeiro global.

### 3.2. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014: A CONSOLIDAÇÃO DA FORMALIZAÇÃO

O relatório de 2014 demonstra a consolidação da formalização das práticas de *reporting*.

Característica	Descrição e Evidências
Estrutura e Padrão	O relatório adota a versão G4 do GRI, mais robusta e exigente. A estrutura é mais organizada, com a inclusão de Temas Materiais definidos a partir do engajamento de partes interessadas (G4-24), não mais apenas o público interno. O GRI é encarado como instrumento de gestão, que influencia a tomada de decisão.
Governança	A estrutura de governança é apresentada com maior detalhe, incluindo a criação da Diretoria Técnica e de Planejamento, que absorve a pauta de sustentabilidade, indicando uma elevação da pauta para o nível estratégico.
Foco Socioambiental	O foco se mantém na universalização e na eficiência operacional. Há uma maior quantidade de indicadores quantitativos (Tabela 1), como a evolução dos índices de atendimento de água (87,5%) e esgoto (33,0%), e a redução de perdas.
Vínculo com o Mercado	O desempenho econômico é um tema material (G4-DMA), e a seção de Desempenho Econômico é detalhada. No entanto, a pauta ainda não está totalmente integrada ao discurso de atração de capital. Não há menção a ESG ou ODS, que só seriam formalizados globalmente em 2015.

O relatório de 2014 representa a fase de rotinização da sustentabilidade, onde a empresa já domina a técnica de *reporting* (GRI) e a pauta está integrada ao planejamento estratégico, mas o vetor de transformação ainda é a eficiência operacional e o cumprimento de metas regulatórias, e não a atração de capital via ESG.

### 3.3. RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2024: A FASE MERCADOLÓGICA E ESG

O Relatório de Sustentabilidade 2024 (ano-base 2024) é o ápice da transição para a fase mercadológica, sendo um Relato Integrado que alinha a sustentabilidade diretamente à estratégia de captação de recursos e à lógica ESG.

Característica	Descrição e Evidências
Estrutura e Padrão	Adota o padrão GRI 2021 e, pela primeira vez, passa por verificação externa independente (Bureau Veritas Certification), conferindo maior credibilidade e robustez, essenciais para o mercado financeiro.
Tom e Linguagem	O discurso é mercadológico e estratégico. A sustentabilidade é o "eixo central de sua estratégia corporativa", e o ESG é o marco aglutinador. O foco é em resultados financeiros (Receita Operacional Líquida de R\$ 4,72 bilhões, lucro líquido de R\$ 1,01 bilhão) e na capacidade de captação de recursos (R\$ 1,26 bilhão já contratados). O tom celebrativo de 2009 e o foco no GRI como instrumento de gestão, que ganha destaque em 2014, dão lugar a uma linguagem mais voltada à comunicação corporativa de impacto, ainda que os aspectos técnicos, indicadores e a estrutura formal do GRI sejam preservados.
Foco Socioambiental	A pauta socioambiental é enquadrada nos ODS (mencionados na Mensagem da Administração) e nas métricas ESG. O foco ambiental se desloca para a Transição Energética (57% de energia de fontes renováveis) e a Resiliência Climática, temas de alto interesse para investidores.
Vínculo com o Mercado	O relatório é um instrumento de legitimação financeira. A Mensagem da Administração destaca a avaliação da AGERSA que "confirmou a solidez econômico-financeira da Embasa ao avaliar e atestar a estabilidade financeira de 100% dos contratos em vigor", demonstrando a capacidade de "captar os recursos necessários para avançar no processo de universalização".

O relatório de 2024 evidencia a convergência entre comunicação corporativa, métricas financeiras e ações socioambientais. A pauta ESG não é apenas uma diretriz, mas um imperativo de captação de capital para cumprir as metas de universalização do Novo Marco Legal.

TABELA 1: SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DA ATUAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA EMBASA

Dimensão	Relatório 2009 (Orgânico)	Relatório 2014 (Rotinização)	Relatório 2024 (Mercadológico/ESG)
<b>Padrão de Reporte</b>	GRI (Primeiro Relatório)	GRI G4 (Consolidado)	GRI 2021 (Relato Integrado)
<b>Verificação Externa</b>	Não	Não	Sim (Bureau Veritas Certification)
<b>Vetor Estratégico</b>	Alinhamento a Boas Práticas	Eficiência Operacional / Metas Regulatórias	Captação de Capital / Universalização (Novo Marco)
<b>Estrutura da Pauta</b>	Programas e Ações Específicas	Temas Materiais (G4-DMA) / Forma de gestão	ESG e ODS (Eixo Central)
<b>Foco Ambiental</b>	Monitoramento de Mananciais	Indicadores de Consumo	Transição Energética / Resiliência Climática
<b>Vínculo Financeiro</b>	Incipiente (Foco em Indicadores Operacionais)	Detalhado, mas separado	Integrado (Instrumento de <i>Disclosure</i> para Captação)
<b>Exemplo de Ação</b>	Criação da Diretoria de Engenharia e Meio Ambiente	Consolidação da Diretoria Técnica e de Planejamento	Programa de Energia Renovável / Otimização de Caixa

#### 4. TENSÃO ENTRE O SOCIAL E O FINANCEIRO

A transição da Embasa de uma fase orgânica para uma mercadológica, mediada pela adoção de padrões GRI e, posteriormente, ESG/ODS, levanta questões críticas sobre o papel das estatais no saneamento e, mais amplamente, sobre os processos de financeirização das políticas socioambientais no capitalismo contemporâneo. A integração entre sustentabilidade, finanças e governança (ESG) é, inegavelmente, um avanço. Ela força a companhia a adotar uma gestão mais transparente, com métricas claras e auditáveis, o que é crucial para o cumprimento das metas de universalização. A busca por capital no mercado, legitimada pelo disclosure ESG, permite à Embasa viabilizar o volume de investimentos necessário para atender ao Novo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020). Nesse sentido, a Embasa não apenas reconhece, mas operacionaliza a lógica contemporânea de que a sustentabilidade corporativa é um fator de redução de risco de crédito e de atração de capital. A auditoria externa da Bureau Veritas (2024)

é a materialização dessa lógica: a verificação confere credibilidade institucional para fins de captação de recursos junto a investidores e agentes financeiros.

No entanto, essa convergência também pode tensionar os sentidos do "desenvolvimento sustentável" no campo do saneamento, na medida em que a lógica de acumulação financeira pode passar a estruturar as decisões de investimento e política corporativa, subordinando objetivos sociais e ambientais à maximização de valor para o acionista e à redução de risco de crédito (DUMÉNIL; LÉVY, 2011). No caso da Embasa, a adoção do ESG não é meramente um instrumento de transparência, mas uma reconfiguração das prioridades estratégicas em torno do que é mensurável, auditável e relevante para o mercado financeiro. A pauta socioambiental, ao se tornar um ativo financeiro, corre o risco de ser instrumentalizada. A priorização de temas de interesse do mercado (como a eficiência energética e a solidez financeira) pode, em tese, ofuscar a atenção a questões sociais mais complexas e menos quantificáveis, como a inclusão social em áreas de vulnerabilidade, o acesso equitativo à água em contextos de escassez hídrica, ou a participação comunitária nas decisões sobre tarifação e expansão de serviços.

As corporações adotam métricas ESG não porque abandonam a lógica de maximização de valor, mas porque o mercado financeiro passou a incorporar risco socioambiental em suas avaliações de crédito. O ESG é, portanto, uma racionalização da lógica financeira, não uma ruptura com ela. No caso da Embasa, a adoção do ESG e do Relato Integrado (2024) é coerente com essa lógica: a empresa não abandona o objetivo de viabilizar investimentos através da captação de capital, mas o sofisticada, integrando a pauta socioambiental ao discurso de redução de risco sistêmico e criação de valor de longo prazo.

É importante reconhecer que a Embasa não é indiferente a essas tensões. A análise do seu recém-elaborado plano estratégico 2026-2033 mostra que, logo após o estabelecimento da nova estratégia ESG, a empresa conduziu uma reestruturação organizacional que reforçou as áreas socioambientais e estabeleceu um objetivo estratégico específico para mensurar o impacto das ações sociais na área de atuação. Essa resposta pode ser interpretada de duas formas: a interpretação otimista sugere que a empresa reconhece o risco de instrumentalização e busca garantir que o "S" (social) do ESG não seja subordinado ao "E" (ambiental) e ao "G" (governança), sendo o reforço das áreas socioambientais uma tentativa de manter a autonomia da pauta social dentro da lógica de mercado. Por outro lado, a interpretação crítica pode apontar

que o reforço das áreas socioambientais é uma sofisticação da legitimação corporativa: ao estabelecer métricas de impacto social, a Embasa não abandona a lógica de financeirização, mas a aprofunda. A inclusão social passa a ser um ativo mensurável que contribui para a redução de risco e a atração de capital, sendo o social integrado ao ESG não para ser autônomo, mas para ser subordinado à lógica de viabilidade financeira.

Essas visões devem ser compreendidas como leituras possíveis da realidade, e não como diagnósticos definitivos. Trata-se, portanto, de construções analíticas provisórias, passíveis de revisão à luz de investigações futuras. A compreensão mais aprofundada das dinâmicas internas da Embasa requer estudos que considerem a composição heterogênea de seu corpo técnico e administrativo, formado majoritariamente por empregados públicos orientados por distintas éticas profissionais e diferentes graus de engajamento com pautas de justiça social e transformação estrutural. As áreas socioambientais, em particular, são compostas por equipes multidisciplinares que reúnem assistentes sociais, biólogos, agrônomos, cientistas sociais, engenheiros ambientais e profissionais de outras formações, refletindo a complexidade das interfaces entre o técnico e o social. Ademais, é necessário reconhecer que os rumos institucionais da empresa não se dissociam do contexto político mais amplo, uma vez que a Embasa é um instrumento estratégico de execução das políticas públicas definidas pelo governo estadual, em articulação com diretrizes nacionais do setor de saneamento.

O desafio para a Embasa, e para outras estatais de saneamento, é garantir que a busca por legitimidade corporativa e capital não desvie o foco do seu mandato social primário: a garantia do acesso universal e digno ao saneamento, especialmente para as populações mais vulneráveis. Esse desafio é particularmente agudo em um contexto de crise hídrica e desigualdade social. A Bahia, onde a Embasa opera, enfrenta desafios severos de escassez hídrica (especialmente no semiárido) e de desigualdade no acesso a serviços de saneamento. Nesse contexto, a subordinação da pauta social à lógica de financeirização pode resultar em priorização de áreas urbanas rentáveis em detrimento de regiões rurais e periféricas e redução da participação comunitária nas decisões sobre expansão e tarifação de serviços.

A questão não é escolher entre social e financeiro, mas reconfigurar a relação de poder entre esses dois domínios. Isso exigiria, em primeiro lugar, a democratização da governança corporativa, incluindo representantes de comunidades vulneráveis e movimentos sociais nos

processos de decisão sobre estratégia ESG e tarifação de serviços. Em segundo lugar, seria necessária uma redefinição de métricas que não apenas adote métricas ESG de interesse do mercado, mas desenvolva indicadores de impacto social que reflitam as prioridades das comunidades atendidas. Em terceiro lugar, é fundamental que a empresa seja clara sobre as escolhas e renúncias que faz ao definir suas prioridades, reconhecendo explicitamente que há tensões entre objetivos financeiros e sociais e comunicando publicamente como essas tensões são negociadas.

A transição da Embasa de uma fase orgânica para uma mercadológica é, simultaneamente, um avanço e um risco. O avanço reside na transparência, rigor e viabilidade financeira que o ESG proporciona. O risco reside na subordinação da pauta social à lógica de financeirização, que pode resultar na instrumentalização da sustentabilidade e no enfraquecimento do mandato social das estatais. O desafio central é garantir que o rigor das métricas ESG seja utilizado a serviço do mandato social, e não o contrário. Isso exige não apenas sofisticação gerencial, mas também reconfiguração política das relações de poder entre capital financeiro, Estado e sociedade civil. A Embasa, ao reforçar suas áreas socioambientais e estabelecer objetivos específicos de impacto social, dá sinais de que reconhece esse desafio. Mas o sucesso dessa estratégia dependerá de como a empresa negocia a tensão fundamental entre a lógica de financeirização (que subordina o social ao financeiro) e o mandato social (que subordina o financeiro ao social).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória socioambiental da Embasa, analisada por meio de seus relatórios de sustentabilidade, é um microcosmo da evolução da responsabilidade corporativa no setor público brasileiro. A transição da fase orgânica (2009), marcada pelo pioneirismo e pela visão de sustentabilidade como "atitude", para a fase mercadológica (2024), dominada pelo discurso ESG e pela busca por capital, é evidente e estrutural.

O relatório de 2024, com sua verificação externa e alinhamento aos ODS e ESG, demonstra uma maturidade de *reporting* e uma integração estratégica da sustentabilidade. Contudo, essa integração impõe uma reflexão crítica: a pauta socioambiental, ao se tornar um instrumento de atração de investimentos, deve ser monitorada para que não se converta em

mero greenwashing ou social washing, mas sim em um motor real de transformação social e ambiental, em linha com o mandato público da estatal.

A Embasa, ao articular Estado, sociedade e mercado, tem o desafio de usar o rigor das métricas ESG para reforçar a transparência e a eficiência, sem perder de vista a organicidade e o foco social que marcaram suas primeiras iniciativas. O sucesso de sua nova estratégia corporativa será medido não apenas pela captação de recursos e pelo lucro, mas, fundamentalmente, pela concretização da universalização do saneamento, com equidade e responsabilidade.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT PR 2030:2022 – Prática Recomendada: ESG (Environmental, Social and Governance). Rio de Janeiro: ABNT, 2022.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 2020.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A crise do neoliberalismo na história do capitalismo: 2008-2011, os dois primeiros atos. 2011. Disponível em: <http://www.cepremap.fr/membres/dlevy/dle2011n.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

EMBASA. Relatório de Sustentabilidade 2009. Salvador: Embasa, 2010.

EMBASA. Relatório de Sustentabilidade 2014. Salvador: Embasa, 2015.

EMBASA. Relatório de Sustentabilidade 2024. Salvador: Embasa, 2025.

GALLI, L. C. L. A.; GALLI, R. A.; PRATES, G. A. Responsabilidade socioambiental: análise crítica das práticas adotadas por uma companhia brasileira de saneamento básico. *International Scientific Management Journal*, v. 4, n. 1, p. 456, 2023.

GONZAGA, V. B. de O. Oportunidades no novo marco regulatório do saneamento básico brasileiro na perspectiva do ESG. *Revista Jurídica, Sustentabilidade/ESG & Compliance*, 2023.

INSTITUTO TRATA BRASIL; KPMG BRASIL. ESG e tendências no setor de saneamento do Brasil. São Paulo: Instituto Trata Brasil, 2023. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br/wp-content/uploads/2023/02/ESG-e-Tendencias-no-Setor-de-Saneamento-do-Brasil-ITB.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

14º

SEMINÁRIO  
DE PESQUISA  
FESPSP

Pensar o Brasil diante  
dos desafios globais

05-07 de NOVEMBRO

---

SILVA, H. C. F. A adoção de métricas ESG por empresas brasileiras. 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43788>